

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a)- Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro; -----

b)- Proposta de aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; -----

c)- Proposta de aprovação do Plano de Emergência Social; -----

d)- Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo; -----

e)- Proposta de aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo de Fornos de Algodres; -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes e, antes do início dos trabalhos, fez referência a dois assuntos abordados na sessão anterior, aos quais não foi dado seguimento, nomeadamente a indicação do elemento a integrar o Conselho Cinegético Municipal que deveria constar da Ordem do Dia e o envio do Regimento da Assembleia Municipal, e, pelo facto, pediu desculpa. -----

----- Passou-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Paulo Nunes Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Freitas Marques Falcão Lucas, Rui Pedro Bernardo Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, Nuno Jorge Porfírio Marques, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de vinte e nove de dezembro; não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Feita a leitura do expediente, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, usando da palavra o membro da assembleia Pedro Falcão, questionando o Sr. Presidente da Câmara se já foi feita alguma

alteração ao Regulamento de Utilização do Mercado Municipal, tal como havia proposto a deputada do CDS no anterior mandato. -----

----- Referiu ainda que foram abordados pelo empresário da firma Pina & Sérgio, que quer alargar e melhorar as suas instalações e não consegue a viabilização das obras por parte da Câmara Municipal e, nessa medida, gostaria de saber o que está a obstaculizar o processo. -----

----- Por fim colocou as seguintes questões: -----

----- se já foi feita a candidatura relativamente ao saneamento da C+S; -----

----- como está a decorrer o processo judicial relativo aos fornecedores; -----

----- o que está a ser feito no perímetro urbano de Fornos de Algodres, no que diz respeito à questão das limpezas, nomeadamente em relação à Mata Municipal. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Tiago Andrade, realçando dois acontecimentos que, a seu ver, têm bastante importância no futuro do concelho, nomeadamente a eleição do Sr. Presidente da Câmara como Vice-Presidente da CIM e, pela primeira vez, Fornos de Algodres presidir o Conselho de Administração da ADRUSE, acontecimentos que, no futuro, trarão ao concelho algum destaque e poder de decisão e contribuirão para alterar o marasmo em que nos colocaram. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que não foi ele o eleito para esses cargos, mas sim o Município de Fornos de Algodres, pela importância que começa a ter, na medida em que houve um consenso na sua eleição para a presidência do Conselho de Administração; quanto à CIM, haverá uma rotação de mandato, ou seja, no primeiro mandato a presidência será do Município de Seia, e a vice-presidência dos Municípios de Fornos e de Pinhel; num segundo mandato a presidência será do Município de Gouveia e a vice-presidência dos Municípios de Manteigas e Almeida. -----

----- Relativamente ao Regulamento do Mercado Municipal referiu que o assunto não está esquecido, assim como outros regulamentos que carecem de atualizações e que depois serão trazidos à Assembleia Municipal. -----

----- No que diz respeito à questão da empresa Pina & Sérgio, como já havia dito na sessão anterior da assembleia municipal, irá ser feito um loteamento na Zona Industrial de Juncais, logo que o documento esteja elaborado, será apresentado em reunião de câmara e, posteriormente, em assembleia municipal. --

----- Relativamente ao saneamento da C+S, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o projeto está feito, mas a obra terá de ser feita a expensas da Câmara Municipal, uma vez que, em termos de candidatura ao POSEUR, não reúne as condições, ou seja, não são contabilizados os alunos, mas apenas a escola, havendo apenas um beneficiário. -----

----- Quanto ao processo dos fornecedores, houve já um julgamento relativo à firma Boletto & Pinto, cuja sentença será conhecida dentro de pouco tempo; em relação às outras situações, foi feita uma avaliação por uma entidade externa, no sentido de verificar se os trabalhos foram ou não realizados. -----

----- Na próxima reunião de câmara será apresentada uma proposta de resolução para a firma

Andrades, caso o executivo assim o entenda, e em relação aos outros casos irão resolvê-los paulatinamente. -----

----- Relativamente à questão das limpezas, o Técnico Florestal da Câmara Municipal, está a elaborar um documento no qual são assinalados os pontos mais críticos a ser intervencionados; houve, também, uma reunião com a GNR que contou com a presença dos Presidentes de Junta, no sentido de estes alertarem as populações para esta situação. -----

----- A questão da mata municipal é grave, não só devido ao seu posicionamento, mas também devido ao nemátodo que está a atingir a maior parte dos pinheiros; referiu, ainda, que terão de falar com o proprietário do hotel no sentido de chegarem a um entendimento para resolver esta situação, na medida em que, incorrem no risco de qualquer dia não haver pinheiros; por outro lado, se cumprirem o que está estipulado na lei, ou seja, se cortarem a vegetação num raio de cinquenta metros de distância das habitações, terão outro grave problema com as águas que fluem para a vila. -----

----- O Técnico Florestal da Câmara Municipal está em contacto com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), no sentido de receber orientações para a resolução desta questão. -----

----- Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º 24 datado de 20 de fevereiro de 2018, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

----- Acerca deste ponto, interveio o membro da assembleia Rui Viçoso questionando o Sr. Presidente da Câmara se é possível, neste ordenamento, a contratação de mais elementos para o Gabinete Florestal, nomeadamente um técnico. -----

----- O membro da assembleia Aurélio Veiga referiu que o que ouviu acerca da atividade da Câmara Municipal fica muito aquém daquilo que o concelho necessita, uma vez que deveriam preocupar-se com o crescimento económico do concelho através do apoio direto às empresas já existentes e na captação de novas empresas. Concordou com as palavras do membro Tiago Andrade ao referir que seria necessário sairmos do marasmo em que nos enfiaram, depreendendo que estaria a referir-se ao mandato anterior. -----

----- Referiu que a Câmara deveria voltar-se para o que é essencial, não com a criação de postos de trabalho precários através de programas ocupacionais, mas sim com empresas que permitam criar postos de trabalho com qualidade que não sirvam apenas para enganar e entreter os jovens; ao ouvir dizer que o Município realizou um conjunto de obras, nomeadamente a reparação de vias de comunicação, questionou o Sr. Presidente da Câmara quais essas vias de comunicação, na medida em que, comparando o nosso concelho com os concelhos limítrofes, está tudo por fazer, e o que é que a Câmara está a pensar fazer no primeiro semestre. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal não poderá fazer qualquer tipo de contratação, a não ser através de contratos de avenças e, mesmo com a abertura por parte do governo

para a integração dos precários, a Câmara de Fornos de Algodres teria de pedir parecer à Direção do FAM, uma vez que ainda está em processo de reequilíbrio financeiro. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia Aurélio Veiga, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as pessoas que integram as medidas de emprego são devidamente informadas acerca da sua situação, ou seja, sabem que não terão direito a fazer descontos para a Segurança Social e que este tempo de serviço não será contabilizado para efeitos de reforma. -----

----- No que diz respeito aos postos de trabalho, referiu que é um problema que atinge não só o nosso concelho, mas também o resto do país, e se não houver um verdadeiro choque fiscal para as zonas do interior, o problema irá persistir porque as pessoas não se querem cá fixar. -----

----- Acrescentou que a Câmara Municipal está a fazer os possíveis para minimizar o problema através da criação de uma zona industrial no concelho; na altura, o processo de disponibilização de terrenos nem sequer contemplou a possibilidade de reversão para o poder do Município, há terrenos onde nunca foi feita nada, outros que se encontram fechados. -----

----- Referiu ainda que é necessário que se termine o processo de loteamento que teve início em 1997, para que possamos ter uma zona industrial como deve ser, ou seja, lotear em primeiro lugar a parte junto à estrada principal e passar, depois, para o outro lado. -----

----- Relativamente à questão das vias de comunicação, referiu que a rede viária do concelho apresenta graves problemas, assim como a de outros concelhos, nomeadamente Celorico da Beira; vão sendo realizados alguns trabalhos, mas para proceder a todas as intervenções seria necessária uma intervenção de fundo, para a qual não há verba e, nessa medida, há que estabelecer prioridades. No entanto, as nossas vias estão melhores que noutros concelhos. -----

----- O membro da assembleia Aurélio Veiga referiu que apesar de ser contra a contratação de pessoas quando não são necessárias, é a favor que o Município admita pessoas de qualidade para fazer os trabalhos. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que ainda relativamente à questão da Zona Industrial de Juncais, foi publicado um diploma que deu possibilidade às Câmaras Municipais de não seguirem com a expropriação, notificando os proprietários dos prédios abandonados, mas, para isso, seria necessário pedir um parecer sobre a possibilidade de pôr em prática esse diploma para os prédios considerados devolutos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que já tinha falado com todos os proprietários nesse sentido, mas, por exemplo o proprietário da fábrica do queijo está a pedir milhões de euros. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso informou que estes prédios podem ser sujeitos à venda forçada em alternativa à expropriação, em que o prédio vai a hasta pública e é vendido pelo preço mais alto. -----

----- Passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Proposta de aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que, acerca deste ponto, foi distribuído a todos os membros um documento cujo preâmbulo diz: " *O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Fornos de Algodres, foi aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) em 26 de dezembro de 2014 e posteriormente aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF por despacho do seu Vice-Presidente em 9 de março de 2015.* -----

----- *Contudo, só recentemente, em sequência dos acontecimentos deste verão, é que ficou clarificado que o seu poder vinculativo apenas teria efeito após a sua aprovação em sede de Assembleia Municipal. Esta clarificação infere-se do conteúdo do n.º2 do artigo 10º, da Republicação do Decreto-Lei n.º124/2006 de 28 de junho, constante da Lei n.º76/2017 de 17 de agosto, assim como do n.º10 do artigo 4.º do Anexo único ao Despacho n.º 443-A/2018 de 9 de janeiro.* -----

----- *Desta feita, após a adaptação dos respetivos cadernos que compõem o referido PMDFCI, venho por este meio, enviar em anexo os mesmos para análise e aprovação em sede da Assembleia Municipal."*

----- O Sr. Presidente referiu que o documento foi analisado pelos técnicos da Câmara Municipal, pelo ICNF e por outras entidades, mas só após a ocorrência dos incêndios é que houve a clarificação de que a sua aprovação teria de ser feita em assembleia municipal. -----

----- Ao analisarmos o documento, verificamos que alguns dados estão desajustados, no entanto, uma vez que já foi aprovado pelo ICNF, não será possível fazer qualquer tipo de alteração e a sua não aprovação trará repercussões no futuro. Caso assim o entendam, o Sr. Engenheiro Lopes prestará os esclarecimentos que acharem necessários. -----

----- O membro da assembleia Aurélio Veiga sugeriu que deveriam ouvir os esclarecimentos do Sr. Engenheiro Lopes e, posteriormente, conversariam acerca do assunto, visto ser um documento muito importante e com implicações para o futuro. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso começou por congratular-se com a eleição do Município para a CIM e para a ADRUSE. -----

----- Relativamente ao documento, referiu que será o mais limitativo de sempre ao desenvolvimento do concelho, na medida em que na sequência dos incêndios veio a tragédia e, também, a proibição do desenvolvimento no interior do país; a cartografia que foi aprovada em 2015, foi baseada num COS (Carta Ocupação dos Solos) de 2007 e sendo a carta de perigosidade feita de cinco em cinco anos, a de 2019 basear-se-á no COS de 2010. -----

----- Referiu ainda que se olharmos com atenção para o documento verificamos que 75% da nossa área florestal é considerada de risco elevado e muito elevado de incêndio, onde, de acordo com a lei, é proibida a construção e, nos restantes 25% é necessário cumprir os requisitos que estão no diploma, ou seja, deixar uma margem de 50 metros ao redor das construções, o que torna o documento bastante limitativo. -----

----- Supondo que em 2019 se vai proceder à atualização da cartografia de perigosidade mediante a informação do COS de 2010, toda a informação vai estar desatualizada, nessa medida, a solução passaria

pela contratação de uma equipa externa que procedesse à atualização do COS e, paralelamente, à atualização da Carta de Perigosidade. -----

----- Acrescentou que não está em causa a aprovação do Plano uma vez que este não está mal elaborado, mas o erro foi terem considerado que em 75% do concelho havia um risco elevado de incêndio.

----- O membro da assembleia Artur Oliveira referiu que através da leitura que fez ao documento constatou vários lapsos ortográficos, lapsos de conteúdo e dados muito desatualizados e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se é possível fazer alterações ao documento ou se terá de ser aprovado nesta versão, disponibilizando-se para realçar essas incorreções, caso assim o desejem. -----

----- Referiu ainda que realmente é necessário um documento desta natureza, benéfico para a qualidade do ordenamento que se pretende, nomeadamente no que diz respeito ao rio e, uma vez que a câmara está representada na pessoa do Sr. Presidente na presidência da ADRUSE, conseguir uma candidatura ao ordenamento da margem direita do rio Mondego, nomeadamente a construção de um deque de madeira que seria um apoio ao pescador e teria, também, uma finalidade lúdica. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente à margem direita do rio, de momento não há nenhum eixo aberto nesse sentido, mas seria um projeto muito bom não fosse a resistência dos proprietários dos terrenos; logo que se ultrapassem as questões com os proprietários e haja financiamento, a câmara estará disponível. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Engenheiro Lopes, Técnico Florestal, para prestar esclarecimentos acerca do assunto, tendo este referido que os Planos Municipais de Defesa contra Incêndios vieram na sequência do Decreto-Lei n.º124, cuja elaboração compete à Proteção Civil, através dos Gabinetes Técnicos Florestais, financiados pelo Fundo Florestal Permanente e que obedece às diretrizes do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas; na elaboração desse plano, os técnicos são obrigados a seguir documentos oficiais que se encontram desatualizados. Quando o plano foi feito, a informação utilizada era a que estava em vigor, nomeadamente no que diz respeito aos dados estatísticos dos últimos CENSOS e é natural que mesmo na altura houvesse já alguma desatualização, mas o que é grave é a questão da Carta de Risco de Incêndio. -----

----- Esclareceu que dos três cadernos que compõem os planos municipais, os membros da assembleia dispõem de dois, um com a informação histórica necessária, nomeadamente índices demográficos, histórico de incêndios, etc., e outro mais operacional, com os fatores indispensáveis à prevenção dos incêndios florestais e que têm um prazo de vigência de cinco anos; o terceiro caderno, Plano Operacional Municipal, é elaborado anualmente e serve de guia de acompanhamento a toda a estrutura de combate aos incêndios. -----

----- A Carta de Risco de Incêndio é elaborada com base na Carta de Ocupação de Solo e, ao fazerem a segunda versão, chamaram muitas vezes a atenção do ICNF para o facto de estar desatualizada, na medida em que tiveram de usar a informação da Carta de Ocupação de Solo de 2007, uma vez que a de 2010 ainda não tinha sido homologada. -----

----- Referiu, também, que aquando a segunda versão do Plano, tentou, juntamente com colegas de outras câmaras, contornar o texto de modo a que não fosse tão limitativo, mas foram advertidos de imediato que se tal acontecesse o plano não seria aprovado. -----

----- Relativamente aos erros referiu que, no seu entender, salvo opinião superior, o documento não poderá ser alterado, uma vez que voltaríamos ao início do processo. -----

----- Por fim referiu que grande parte das câmaras tinham os Planos aprovados, mas só depois dos incêndios de agosto de 2017, saiu uma alteração à lei que obrigava a que os Planos só teriam poder vinculativo após a sua aprovação em Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o ICNF tem sido dos principais entraves ao desenvolvimento do interior do país, nomeadamente aquando o Plano Diretor Municipal, em que era necessário delimitar uma área junto à freguesia do Casal Vasco, que foi recusada, supostamente por causa de uma plantação de azinheiras, ou no caso do Casal do Monte, em que se opuseram à colocação de mais eólicas porque era uma zona de passagem de lobos, e o mesmo se passa relativamente à questão do património, uma vez que os problemas da residência de estudantes e da casa dos magistrados continuam por resolver. -----

----- O membro da assembleia Pedro Falcão depreendeu que a contratação de uma equipa técnica seria inócua, porque o Ministério da Agricultura não reconheceria o trabalho dessa equipa na elaboração quer da Carta de Ocupação do Solo, quer da Carta de Perigosidade e, nessa medida, questionou o Sr. Engenheiro se foi isso que realmente quis dizer. -----

----- O Sr. Engenheiro Lopes referiu que não sabe se uma entidade externa poderia elaborar uma Carta de Ocupação do Solo, uma vez que esse trabalho tem sido feito pelo Ministério da Agricultura e por eles homologado e que a elaboração de uma Carta desta natureza é um trabalho moroso e muito pomenorizado. -----

----- Referiu, também, que ao longo destes anos tem sido questionado às entidades responsáveis por esta matéria porque é que a avaliação do risco de incêndio numa determinada área não é feita em tempo real, na medida em que estas Cartas são de tal maneira dinâmicas que, se começarmos, por exemplo, a elaborar a cartografia em Casal do Monte, corremos o risco de chegar às Aveleiras e ela estar desatualizada, bastando, para isso, que alguém se tenha lembrado de cortar um pinhal. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que a ideia de a avaliação de risco ser feita em tempo real seria o ideal, mas, legalmente, tal não é possível e, nessa medida, terão de se cingir aos instrumentos de trabalho disponíveis, ou seja, a Carta de Ocupação de Solo. Ao que sabe, algumas câmaras municipais iniciaram a elaboração das cartas, uma vez que se estivessem à espera que o Ministério da Agricultura o fizesse, a próxima revisão de 2019, seria baseada na Carta de 2010, e continuariam a persistir no mesmo erro, ou seja, em 75% da área do concelho não se pode construir e, por essa razão, é que sugeriu a contratação de uma equipa que se dedicasse exclusivamente a esse trabalho. -----

----- O Sr. Engenheiro Lopes referiu que ter qualquer tipo de colaboração seria ótimo, mas nunca poderiam deixar de ter em linha de conta as diretrizes do ICNF e a Carta de Ocupação do Solo deveria ser rigorosa, mas oficialmente aprovada, porque assim seria bem mais realista. -----

----- Relativamente ao facto de haver câmaras municipais a contratar uma equipa externa, referiu que irá informar-se acerca desse facto e, caso haja uma abertura nesse sentido, não lhe competirá a ele essa decisão. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com a abstenção dos membros da assembleia das bancadas do PSD e do CDS. ---

----- O membro da assembleia Aurélio Veiga justificou a abstenção da bancada do PSD, dada a sensibilidade do assunto e dados os condicionalismos ao desenvolvimento do concelho. -----

----- Passou-se de seguida à alínea c) da Ordem do Dia: "Proposta de aprovação do Plano de Emergência Social". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que no anterior mandato, a Mesa da Assembleia Municipal entendeu que este e outros regulamentos não careciam de aprovação em sede de assembleia, mas depois de pedidos vários pareceres, nomeadamente junto da CCDRC, chegaram à conclusão que seria necessário que a assembleia se pronunciasse acerca deste e dos regulamentos constantes das alíneas seguintes. ---

----- Não havendo intervenções acerca deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação tendo sido o mesmo aprovado por maioria com uma abstenção da bancada do PSD. -----

----- Passou-se de imediato à alínea d) da Ordem do Dia: "Proposta de aprovação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo". -----

----- Não havendo inscrições, foi a mesma aprovada com uma abstenção da bancada do PSD. -----

----- Passou-se à alínea e) da Ordem do Dia: "Proposta de aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo de Fornos de Algodres", tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que este regulamento foi alvo de críticas, tendo sido proposto, na altura, que a iniciativa rodasse pelas várias freguesias, no entanto, quando este projeto foi posto em prática, o objetivo era a participação de todos os cidadãos; salientou a forma diversificada como foram aprovados os projetos, ou seja, no primeiro ano foram aprovados os projetos de Juncais, da Comissão Fabriqueira e da Matança, no segundo ano foram aprovados os projetos dos Bombeiros Voluntários, das Fuinhas e da Mata e, nesta medida, podemos constatar que não há risco de as freguesias maiores ficarem beneficiadas com esta iniciativa. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que se fizessem um projeto por cada freguesia, estariam a defraudar e a pôr em causa o espírito do Orçamento Participativo. -----

----- O membro da assembleia Aurélio Veiga referiu que, de certo modo, concorda com as palavras do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao Orçamento Participativo, uma vez que conta com a participação dos cidadãos do concelho na elaboração de um projeto que seja exequível num determinado lugar, no entanto, há pormenores a realçar, nomeadamente a qualidade dos projetos, ou seja, estes deveriam ser sujeitos a uma pré-seleção por parte dos técnicos da Câmara Municipal e, só depois, seriam submetidos à

votação dos munícipes. Referiu ainda que para além de terem a responsabilidade de gerir os bens públicos têm o dever de apostar naquilo que mais rapidamente traga retorno à economia do concelho, dando exemplo dos campos de futebol e dos polidesportivos que foram construídos há anos atrás e que, na altura, eram interessantes, mas que hoje de nada servem, havendo inclusive uma freguesia com dois polidesportivos; concorda plenamente quando se diz que devemos olhar pelos nossos jovens, mas deveríamos ter em conta se, de facto, há jovens para ocupar ou utilizar a obra que vamos realizar. -----

----- Por fim referiu que se o município não tem dinheiro e, dadas as restrições de vária ordem que nos impõem, deveríamos ter a preocupação em pensar se amanhã teremos concelho. -----

----- O membro da assembleia José Joaquim Nunes referiu que é contra a forma pouco justa como decorre esta iniciativa e está a pensar seriamente se participará no próximo Orçamento, na medida em que haverá o risco de as mesmas freguesias serem novamente contempladas com outros projetos. -----

----- O membro da assembleia Artur Oliveira referiu que o Código de Procedimento Administrativo prevê que os regulamentos sejam enviados aos Órgãos Colegiais para aprovação, no entanto, na sua opinião, deveriam seleccionar quais os regulamentos a apresentar à Assembleia Municipal, mas uma vez que a Mesa atual tem uma interpretação diferente da Mesa anterior, o que é perfeitamente legítimo, pressupõe, assim, que doravante todos os regulamentos virão à Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o membro da assembleia Maria João Castanheira, justificando a sua intenção de voto e referindo que a freguesia da Matança até foi uma das primeiras contempladas, no entanto, relativamente ao que leu, não é da opinião que esta iniciativa seja levada às dezasseis freguesias, seguindo a organização territorial que existia, uma vez que, quer queiramos quer não, temos doze freguesias. -----

----- Referiu ainda que a viabilidade dos projetos deverá ser feita pelos técnicos da Câmara Municipal, mas a realização dos mesmos deveria ser exclusivamente da responsabilidade de quem os apresenta, na medida em que, o espaço temporal com que os técnicos da câmara ficam para fazer alguns deles é muito limitado; no primeiro ano do Orçamento Participativo houve a realização de alguns projetos de raiz, o que foge um pouco ao âmbito do objetivo desta iniciativa, ou seja, a participação de todos os munícipes. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Porfírio Paraíso referindo que o deputado José Aurélio fez referência à má gestão da Câmara Municipal no tempo do PSD e que, ao falar nos dois polidesportivos, se referiu, certamente, à freguesia de Juncais que tem dois, infelizmente sem grande utilidade; acrescentou que, na altura, o Grupo Desportivo de Juncais construiu um polidesportivo no terreno do Grupo Desportivo e, logo depois, a Câmara Municipal construiu outro, tendo para isso de comprar o terreno e tendo gasto o dobro, o que evidencia a má gestão que havia na altura. -----

----- Relativamente ao Orçamento Participativo, referiu que é uma boa iniciativa porque conta com a participação de todos os munícipes e é uma maneira de integrar os jovens na política do concelho. -----

----- Interveio o membro da assembleia Aurélio Veiga referindo que lamenta que não tenham interpretado corretamente as suas palavras, uma vez que deu exemplos de um passado longínquo, para

que, no futuro, não sejam cometidos os mesmos erros e que as críticas que teceu não foram por questões políticas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente à intervenção do membro da assembleia Maria João, o objetivo dos projetos é colaborar com quem faz a candidatura, na medida em que, se a determinada altura alguém entender apresentar um projeto, naturalmente que é menos um trabalho para os técnicos da Câmara. -----

----- Relativamente ao que foi dito pelo membro José Joaquim referiu que nas assembleias realizadas nas várias freguesias é feita uma pré-seleção dos projetos que tenham algum mérito, portanto, irão continuar a trabalhar nos mesmos moldes, até porque o valor também não é muito elevado. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Artur Oliveira, referiu que a mesa da anterior assembleia tinha uma opinião diferente desta e, nessa medida, depois de pedidos vários pareceres à CCDRC, entenderam que todos os regulamentos com eficácia externa teriam de ser objeto de apreciação e deliberação por parte da Assembleia Municipal, em todo o caso, continua a respeitar opiniões diferentes. -

----- De seguida o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador Alexandre Lote tendo este referido que muitas vezes há confusão acerca do objetivo do Orçamento Participativo; esclareceu que os Presidentes de Junta têm um papel fundamental na dinamização do processo, na medida em que são o elo de ligação com a população, mas o objetivo da iniciativa é que cada pessoa possa apresentar um projeto, podendo, posteriormente, o Presidente de Junta ajudar essa pessoa a dinamizá-lo. -----

----- Referiu ainda que a prova de que o modelo atual funciona, é que foi possível a uma localidade pequena como as Fuinhas ter um projeto aprovado e, também, pelo facto de o projeto dos Bombeiros Voluntários ter sido aprovado não pelos votos de Fornos de Algodres, mas sim pelo somatório dos votos de todas as freguesias. -----

----- No primeiro ano do Orçamento Participativo eram aceites todas as propostas, o que sobrecarregava a Câmara Municipal, tanto ao nível da execução dos projetos, como da sua análise; na reunião da avaliação dos projetos, foi colocada a questão de que a maior parte das propostas eram de Fornos de Algodres, o que era perfeitamente natural uma vez que Fornos tem mais pessoas e, nessa medida, decidiram introduzir um fator que corrigisse essa desigualdade, ou seja, Fornos só poderá eleger mais do que uma proposta para a fase de votação se tiver na reunião de seleção mais do que trezentas e oito pessoas, ao contrário de Vila Chã, que precisará da presença de dezassete pessoas. Referiu também que no primeiro Orçamento houve quarenta e cinco projetos, o que criou dificuldades a nível do funcionamento interno da Câmara, mas com o novo modelo haverá cerca de dezasseis ou dezassete, que serão acompanhados pelos técnicos da Câmara, uma vez que terão de garantir que o orçamento de dez mil euros não seja ultrapassado. -----

----- Acrescentou que os Serviços Técnicos da Câmara Municipal verificam a validade das propostas, que depois passam para as Assembleias Eleitorais e, por último, passam para a fase final em que toda a gente vota, com a obrigatoriedade de o fazer em três projetos. -----

----- Por fim referiu que o documento estará sempre sujeito a melhorias e que sempre que é elaborado se coloca a questão da reforma administrativa, mas, na sua opinião, deverão manter o modelo atual. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com a abstenção da Bancada do PSD. -----

----- De seguida colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto Três da Ordem do Dia: "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho". -----

----- Acerca deste ponto interveio o membro da assembleia Aurélio Veiga abordando a questão da recuperação de infraestruturas a nível do concelho, nomeadamente acerca do Bairro do Ténis, que está completamente degradado e abandonado e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando se preveem obras de requalificação a nível das infraestruturas básicas nesse bairro. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia João Carlos Felício abordando a questão do funcionamento da Assembleia Municipal, referindo que sendo o Sr. Presidente da Assembleia a figura máxima e sendo ele que lidera os trabalhos, é uma falta de consideração e de respeito que as intervenções sejam feitas de costas voltadas para ele; acrescentou que é a sua opinião pessoal, mas não podia deixar de a expor. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que no seguimento da votação da Bancada do PSD relativamente ao Orçamento Participativo, concordam com a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia uma vez que estas têm poucos recursos, mas não concordam com os moldes em que o Orçamento Participativo é feito, porque implica muito trabalho e afetação de técnicos para escolher obras de pouca relevância. -----

----- Acrescentou que, na sua opinião, a solução passaria por atribuir um determinado valor às freguesias, rotativamente, e, posteriormente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia em colaboração com os técnicos da Câmara Municipal, decidiram fazer uma obra de um valor mais considerável. -----

----- O membro da assembleia Manuel Gonçalves começou por abordar a questão da Estrada Nacional 16 que continua praticamente como há cem anos atrás e, nessa medida, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para que, em conjunto com a Câmara Municipal de Celorico da Beira, evidenciassem esforços no sentido de proceder a reparações urgentes naquela estrada, uma vez que é utilizada regularmente por muita gente quer de Celorico, quer de Fornos de Algodres. -----

----- Referiu que ainda relativamente à Nacional 16, a limpeza já começou a ser feita através do abate de algumas árvores, questionando o Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação relativamente aos cuidados que os particulares e a Câmara Municipal estão obrigados na limpeza dos terrenos, na medida em que é uma questão muito delicada e que requer muito bom senso, ou seja, não se pode exigir às pessoas aquilo que não têm possibilidade para fazer; se a Câmara Municipal não tem possibilidade para

o fazer deverá expor o problema a quem de direito e, do mesmo modo, não se poderá exigir a um particular sem condições financeiras, que proceda à limpeza dos seus terrenos. -----

----- Referiu que as suas intervenções irão incidir na questão da Estrada Nacional 16 e, também, na sensibilização para a temática dos incêndios, acrescentando que terá de haver um intercâmbio entre a Câmara, o Agrupamento de Escolas e as Juntas de Freguesia, no sentido de alertar os jovens para esta problemática e para a utilização correta da água. -----

----- Referiu que será certamente vontade de todos que haja mais emprego e mais infraestruturas e, nessa medida, apelou a quem tem alguma influência pela profissão que desempenha, que atraia emprego para o concelho, uma vez que é legítimo dizermos que é função da Câmara pedir aos empresários que invistam no concelho, mas não é por decreto; acrescentou que é injusto estarem constantemente a pedir mais infraestruturas a uma câmara que herdou uma situação tão difícil, aproveitando para parabenizar o Sr. Presidente pelo trabalho desenvolvido relativamente à reestruturação financeira da Câmara Municipal.

----- Por fim referiu que o polidesportivo de Juncals permitiu que o então candidato do PSD conseguisse derrotar o candidato do PS por um voto. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a questão da Estrada Nacional 16 foi abordada com o anterior Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, até porque a parte da estrada que pertence à jurisdição de Celorico está em piores condições, mas irá sensibilizar o atual Presidente da Câmara e alertá-lo para essa situação. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia João Carlos Felício acerca do posicionamento do executivo camarário, referiu que nas quinze câmaras que fazem parte da CIM, o executivo está de costas para a Assembleia Municipal; o mesmo se passa na Assembleia da República, em que o governo fica à frente do Presidente da Assembleia e, muitas vezes, quando o Sr. Presidente da República se desloca à Assembleia da República em atos solenes, o executivo fica à sua frente. Acrescentou que não se trata de uma falta de respeito, mas uma questão de opção e que apesar da logística ser da responsabilidade da Câmara Municipal, caso a Mesa da Assembleia entenda que o posicionamento da sala deverá ser outro, não colocarão essa decisão em causa. -----

----- Em relação às transferências para as Juntas de Freguesia, estas são efetuadas ao abrigo da celebração de acordos, o projeto do Orçamento Participativo é uma medida transversal. -----

----- Quanto à questão do Bairro do Ténis referiu que tem conhecimento das condições em que se encontra, mas, como é sabido, há um processo de insolvência relativamente ao loteamento e a Câmara Municipal não pode agir, na medida em que corre o risco de estar a intervir em propriedade privada. -----

----- Referiu, também, que fazem o possível para minorar os problemas do bairro, mas há questões muito graves, nomeadamente o facto de não saberem como terminar a construção dos prédios, uma vez que isso deixou de ser uma preocupação para o INH, que apenas quer recuperar o dinheiro que lá foi investido. -----

----- Acrescentou que o assunto não está esquecido, é uma situação preocupante nomeadamente no Inverno e, nessa medida, ainda na semana passada falou com o administrador de insolvência no sentido de saber como está a decorrer o processo. -----

----- Por fim convidou todos os membros a estar presentes na Feira do Queijo que se irá realizar nos dias 16, 17 e 18 de março, referindo que é um evento de todos os fornenses e que irá decorrer nos mesmos moldes dos anos anteriores. -----

----- Não havendo intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

